

|              |                |                         |             |                 |
|--------------|----------------|-------------------------|-------------|-----------------|
| <b>Visão</b> | Periodicidade: | <b>Semanal</b>          | Temática:   | <b>Política</b> |
|              | Classe:        | <b>Informação Geral</b> | Dimensão:   | <b>657 cm²</b>  |
|              | Âmbito:        | <b>Nacional</b>         | Imagem:     | <b>S/Cor</b>    |
|              | Tiragem:       | <b>150200</b>           | Página (s): | <b>44 a 48</b>  |
| 16-02-2006   |                |                         |             |                 |

Parlamento

PORTUGAL

Parlamento

# Relatório minoritário

A ditadura da maioria, que tem funcionado como força de bloqueio no desfecho de algumas comissões parlamentares de inquérito, está com o ponto final à vista. O novo regulamento deve ser aprovado nos próximos meses

SÓNIA SAPAGE

**E**m poucos assuntos os deputados portugueses estarão tão de acordo como neste. À esquerda e à direita há uma vontade forte de credibilizar o modo de funcionamento das comissões parlamentares de inquérito (CPI), um instrumento

A ditadura da maioria, que tem funcionado como força de bloqueio no desfecho de algumas comissões parlamentares de inquérito, está com o ponto final à vista. O novo regulamento deve ser aprovado nos próximos meses

SÓNIA SAPAGE

**E**m poucos assuntos os deputados portugueses estarão tão de acordo como neste. À esquerda e à direita há uma vontade forte de credibilizar o modo de funcionamento das comissões parlamentares de inquérito (CPI), um instrumento que o Parlamento tem ao seu dispor para avaliar e fiscalizar os actos do



**RELAÇÕES DIFÍCEIS** O «bloqueio da maioria» impede que as minorias tenham influência nas CPIs

Governo e da Administração. O consenso parece fácil de atingir, mas só agora o grupo encarregado de propor alterações ao actual *modus operandi* está verdadeiramente a progredir nos trabalhos. Osvaldo de Castro, o socialista que lidera a «operação», quer resultados «o mais cedo possível» e assegura que os deputados já estão a



|                                |                |                         |             |                           |
|--------------------------------|----------------|-------------------------|-------------|---------------------------|
| <b>Visão</b><br><br>16-02-2006 | Periodicidade: | <b>Semanal</b>          | Temática:   | <b>Política</b>           |
|                                | Classe:        | <b>Informação Geral</b> | Dimensão:   | <b>657 cm<sup>2</sup></b> |
|                                | Âmbito:        | <b>Nacional</b>         | Imagem:     | <b>S/Cor</b>              |
|                                | Tiragem:       | <b>150200</b>           | Página (s): | <b>44 a 48</b>            |

«vencer problemas», dentro dos limites constitucionais.

O centro de toda a discussão relacionada com as comissões de inquérito é uma debilidade a que António Montalvão Machado, do PSD, chama de «bloqueio da maioria». Sendo compostas por um grupo de pessoas, as CPIs funcionam (tal como a Assembleia) segundo a regra da maioria. Quando é preciso ouvir

um perito, pedir um documento ou aprovar um relatório, a diligência só pode efectuar-se se a maioria dos deputados estiver de acordo. Ora, como em tudo o que é comissão parlamentar se aplica o princípio da proporcionalidade (em relação aos resultados das eleições), qualquer partido que chegue ao Governo tem o poder de, sozinho, impedir o avanço de uma investigação. «É por isso que ninguém pede mais poder para as

CPIs», explica Pedro Mota Soares, do PP. «O que se pede é um reforço dos poderes da minoria.»

#### **Ideias de mudança**

Até aqui, todos os grupos parlamentares estão de acordo. Fernando Rosas, do BE, quer «dar a possibilidade, ao sector minoritário das CPIs, de propor diligências probatórias sem que estas possam ser inviabilizadas pela maioria». António Filipe, do PCP, su-

|              |                |                         |             |                           |
|--------------|----------------|-------------------------|-------------|---------------------------|
| <b>Visão</b> | Periodicidade: | <b>Semanal</b>          | Temática:   | <b>Política</b>           |
|              | Classe:        | <b>Informação Geral</b> | Dimensão:   | <b>657 cm<sup>2</sup></b> |
|              | Âmbito:        | <b>Nacional</b>         | Imagem:     | <b>S/Cor</b>              |
|              | Tiragem:       | <b>150200</b>           | Página (s): | <b>44 a 48</b>            |

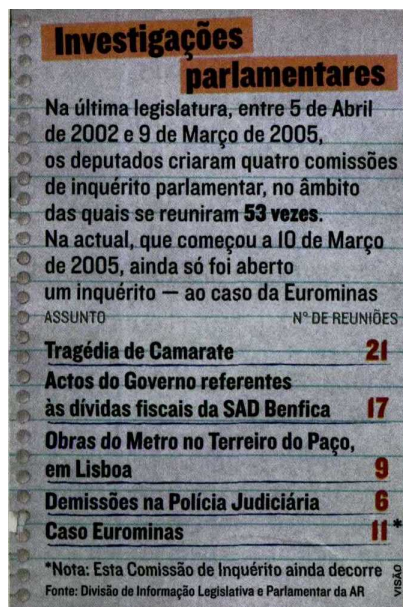
16-02-2006

blinha que é fundamental «resolver o problema da obstaculização de procedimentos por parte da maioria» e avança com o «reforço dos direitos testamentivos nas diligências e não só nas abertura dos inquéritos». Montalvão Machado concretiza a ideia do PSD: «Devia bastar um terço dos deputados para apresentar requerimentos, sejam eles relativos a audições ou pedidos de documentação.»

O líder do grupo que se está a debruçar sobre as CPIs, composto por todos os deputado referidos, entende que outra forma de acabar com a ditadura da maioria pode ser «a criação de uma quota de procedimentos para o partido que requer a comissão». Ou seja, se o PCP pede um inquérito aos voos da CIA, por exemplo, esse partido deve ter assegurada, à partida, a possibilidade de chamar um determinado número de pessoas a depor.

Ao nível dos relatórios, Mota Soares admite também a hipótese de haver «um relator-sombra, que coadjuve o relator principal, garantindo que as ideias diferentes possam vingar nas conclusões». E, neste aspecto, os extremos quase se tocam. O BE propõe uma fórmula idêntica: «A possibilidade de a minoria apresentar um relatório minoritário para ser discutido em plenário.»

Há ainda quem proponha reduzir o número de participantes das CPIs, em abono da celeridade e eficácia, e »



| ASSUNTO  | Nº DE REUNIÕES |
|--|----------------|
| <b>Tragédia de Camarate</b>  | <b>21</b>      |
| <b>Actos do Governo referentes às dívidas fiscais da SAD Benfica</b> | <b>17</b>      |
| <b>Obras do Metro no Terreiro do Paço, em Lisboa</b>                 | <b>9</b>       |
| <b>Demissões na Polícia Judiciária</b>                               | <b>6</b>       |
| <b>Caso Eurominas</b>  | <b>11*</b>     |

\*Nota: Esta Comissão de Inquérito ainda decorre  
 Fonte: Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar da AR

|              |                |                         |             |                           |
|--------------|----------------|-------------------------|-------------|---------------------------|
| <b>Visão</b> | Periodicidade: | <b>Semanal</b>          | Temática:   | <b>Política</b>           |
|              | Classe:        | <b>Informação Geral</b> | Dimensão:   | <b>657 cm<sup>2</sup></b> |
|              | Âmbito:        | <b>Nacional</b>         | Imagem:     | <b>S/Cor</b>              |
|              | Tiragem:       | <b>150200</b>           | Página (s): | <b>44 a 48</b>            |

16-02-2006

quem defenda que as reuniões devem ser menos espaçadas no tempo.

### CPIs na lama

Uma comissão parlamentar de inquérito, explique-se, não aplica penas nem suspende mandatos. «Elas são um instrumento regimental e político», como explica António Filipe, com poderes «instrutórios do código penal» [como o poder de inquirir testemunhas], de acordo com Montalvão Machado, e «que podem dar origem a processos judiciais se, além do apuramento de responsabilidades políticas, o relatório final apurar responsabilidades criminais ou cíveis», complementa Fernando Rosas.

Mas as CPIs estão longe de ser um tribunal, como no Brasil ou nos EUA. E, em Portugal, não se pretende seguir essa via. As propostas para um novo regulamento destas comissões vão todas no sentido de credibilizar as CPIs, mas sem lhes fortalecer os poderes ou alterar a natureza. «O essencial é credibilizá-las, porque aos olhos dos cidadãos elas estão na lama», refere Montalvão Machado.

Depois de uma reunião para partir pedra e apresentar sugestões, o grupo presidido por Osvaldo de Castro conta ter mais

encontros este mês para avançar com o novo regulamento.

Num desses encontros, serão chamados a intervir alguns peritos em assuntos constitucionais. Um deles será Luís Piçarra, professor da Faculdade de Direito de Lisboa e autor de uma tese de doutoramento em CPIs. Também o constitucionalista Jorge Miranda está na lista de convidados. Vale a pena recordar como começou a polémica em torno das comissões inquérito.

No Verão de 2002, era Celeste Cardona ministra da Justiça, duas demissões-relâmpago saltaram para as páginas dos jornais e rapidamente deram origem a uma CPI. Maria José Morgado e Pedro Cunha Lopes, ambos dirigentes da PJ e responsáveis pelo combate ao crime económico, financeiro e fiscal, foram substituídos três meses após a sua nomeação, facto que motivou grande nervosismo.

Sendo o Governo da altura formado por uma aliança PSD/CDS, quando o caso chegou à AR e a comissão de inquérito se aproximou do seu final, a maioria decidiu terminar as audições, numa fase em que os outros deputados queriam ouvir mais «testemunhas» para pôr fim às dúvidas existentes sobre a actuação da tutela.

Impedida de avançar por uma maioria de bloqueio, a oposição abandonou os trabalhos da CPI e depois de seis reuniões, a dita comissão de inquérito não redundou, sequer, num relatório final.

Foi na sequência deste episódio pouco dignificante que o ex-presidente da AR, Mota Amaral, decidiu «eliminar» as CPIs, por despacho, até terem novas regras de funcionamento que prestigiassem o Parlamento. Na altura, formou-se um grupo de trabalho e fez-se uma pausa nos inquéritos.

Três anos depois, com o Caso Eurominas, a questão do bloqueio da maioria (desta feita socialista) voltou à ordem do dia. O PS, maioritário, quis evitar a audição de mais pessoas no âmbito deste processo que pretende apurar as razões que levaram o Governo de



**MARIA JOSÉ MORGADO** Depoimento na Comissão de Inquérito à sua demissão da PJ

|              |                |                         |             |                           |
|--------------|----------------|-------------------------|-------------|---------------------------|
| <b>Visão</b> | Periodicidade: | <b>Semanal</b>          | Temática:   | <b>Política</b>           |
|              | Classe:        | <b>Informação Geral</b> | Dimensão:   | <b>657 cm<sup>2</sup></b> |
|              | Âmbito:        | <b>Nacional</b>         | Imagem:     | <b>S/Cor</b>              |
|              | Tiragem:       | <b>150200</b>           | Página (s): | <b>44 a 48</b>            |

16-02-2006

## » INQUÉRITOS MEMORÁVEIS

Um dos casos que mais vezes foi averiguado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi a tragédia de Camarate. Mas outros tem havido ao longo dos tempos

**Camarate** Desde 1982, a queda do avião que vitimou o primeiro-ministro Francisco de Sá Carneiro já foi alvo de oito CPIs com resultados contraditórios. O relatório da última delas, iniciada durante a IX sessão legislativa, defendeu a tese da sabotagem e foi entregue ao Ministério Público.

**Fundo Social Europeu** A aplicação de verbas do Fundo Social Europeu, no final dos anos 80, foi tratada em comissão de inquérito aberta em 1993. De acordo com António Filipe, do PCP, foi mais uma vez a maioria (PSD) que prejudicou o apuramento de conclusões, inviabilizando determinadas diligências.

**O caso da vírgula** Helena Sanches Osório, ex-jornalista d'*O Independente*, noticiou que um ministro recebeu 120 mil contos por alterar uma vírgula numa lei e o facto levou-a a ser interrogada por uma comissão parlamentar de inquérito, em 1993, onde ela se recusou a divulgar o nome do governante.

**'Fundação Vara'** A criação da Fundação para a Prevenção e Segurança (FPS) – entidade privada financiada com dinheiros públicos – originou uma CPI, em Dezembro de 2000. Mas antes de ela começar, deu-se a demissão de dois responsáveis políticos (Armando Vara e Luís Patrão, criadores da FPS).

**Demissões na PJ** Em 2002, Celeste Cardona viu-se envolvida na polémica das substituições-relâmpago de dois responsáveis pelo combate ao crime económico, financeiro e fiscal. Perante a recusa da maioria (PSD/PP) de ouvir mais pessoas, a oposição abandonou os trabalhos. Não chegou a haver relatório desta CPI.

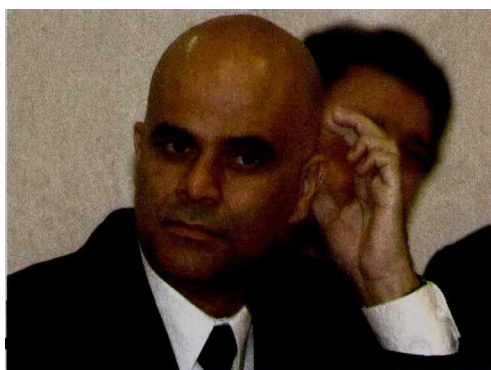
S.S.

António Guterres a pagar uma indemnização à Eurominas, numa altura em que a empresa era representada por ex-governantes do Partido Socialista.

A oposição estrebuchou, acusando o PS de «branqueamento» e de estar a prestar «um mau serviço» ao Parlamento. «Após um período de crise das CPIs, que colocou em causa a credibilidade dos próprios inquéritos, os mesmos problemas estão agora a ressurgir», alertou a deputada do BE Helena Pinto.

Nos últimos dias, o PS recuou e optou por autorizar mais quatro audições. Mas esta atitude não impedirá que se avance, muito brevemente, com novas regras para as comissões de inquérito. ■

|                                |                |                         |             |                           |
|--------------------------------|----------------|-------------------------|-------------|---------------------------|
| <b>Visão</b><br><br>16-02-2006 | Periodicidade: | <b>Semanal</b>          | Temática:   | <b>Política</b>           |
|                                | Classe:        | <b>Informação Geral</b> | Dimensão:   | <b>657 cm<sup>2</sup></b> |
|                                | Âmbito:        | <b>Nacional</b>         | Imagem:     | <b>S/Cor</b>              |
|                                | Tiragem:       | <b>150200</b>           | Página (s): | <b>44 a 48</b>            |



**nenas** **MARCUS VALÉRIO** Preso em directo por «desacato» numa CPI, no Brasil

## CPI Com três letrinhas apenas

Presidentes caem, ministros são «cassados», homens-fortes e eminências pardas dissolvem-se no ar. Que o digam Collor de Melo, José Dirceu ou PC Farias, para referir apenas os mais mediáticos. Quando as duas câmaras do Parlamento brasileiro (senado e Câmara dos Deputados) decidem investigar, o assunto é sério. Com adágio a comprovar: «Todo o mundo é inocente, até uma CPI em contrário.»

É de pôr sério nisso. O advogado Marcus Valério de Macedo, que prestava depoimento numa sessão da famosa CPI dos Correios, um dos vários escândalos que impendem sobre o Governo Lula, no passado dia 17 de Janeiro, foi preso em directo, por «desacato». E o desacato consistiu em fazer rodeios, e

responder com sarcasmo, às perguntas dos deputados.

As CPIs são um clássico da cultura política brasileira. Abertas à comunicação social, são muitas vezes transmitidas em directo, via TV, criando a ilusão de uma «democracia directa», como refere o académico Sérgio Resende de Barros. Mas nem sempre se destacam pelos resultados positivos. Há até uma expressão para o falhanço: «deu em *pizza*», ou seja, como se diria em português gastronómico de Lisboa, fica tudo em águas de bacalhau. Só no consulado do PT, já foram três os inquéritos parlamentares de monta: o dos Bingos, o dos Correios e o do Mensalão, todos à volta da utilização do Estado, e fundos estatais, para o financiamento partidário e «compra» de votos.

P.P.

|                                |                |                         |             |                           |
|--------------------------------|----------------|-------------------------|-------------|---------------------------|
| <b>Visão</b><br><br>16-02-2006 | Periodicidade: | <b>Semanal</b>          | Temática:   | <b>Política</b>           |
|                                | Classe:        | <b>Informação Geral</b> | Dimensão:   | <b>657 cm<sup>2</sup></b> |
|                                | Âmbito:        | <b>Nacional</b>         | Imagem:     | <b>S/Cor</b>              |
|                                | Tiragem:       | <b>150200</b>           | Página (s): | <b>44 a 48</b>            |

## EUROPA **O** Iraque em várias línguas

Quem não se lembra da imagem solene do inquérito parlamentar britânico que pôs fim à carreira do célebre *spin-doctor* de Tony Blair, Allastair Campbell? Ou da audição do comissário europeu para a Justiça e Assuntos Internos, o português António Vitorino, em plenas Cortes espanholas, na comissão que investigava os atentados de 11 de Março de 2003, em Madrid? Ou da investigação do Parlamento Europeu aos voos da CIA, liderada pelo eurodeputado Carlos Coelho? Ao contrário do que sonharam os seus criadores, no pequeno mundo medieval inglês (estas comissões podem ter nascido no reinado de Eduardo II, uma informação que é polémica para os historiadores), os inquéritos parlamentares na Europa gal-

garam fronteiras e, hoje em dia, são famosos, sobretudo, quando tratam de matérias que escapam à lógica interna. Foi essa lógica de disputa doméstica entre partidos que, ironicamente, levou a que os inquéritos parlamentares se tornassem, por essa Europa fora, menos frequentes e mais desacreditados. Como revelam as acusações que, em Janeiro,

foram lançadas sobre Os Verdes alemães, que recusaram um inquérito à actuação de agentes secretos germânicos do BND no Iraque. Os Verdes foram acusados, pelo líder dos liberais, Guido Westerwelle, de estarem «mais interessados em proteger o ex-ministro Joschka Fischer do que o Estado de Direito». Soa familiar?